

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



As possibilidades de uso da Ação Civil Pública pelo Ministério Público para a proteção do meio ambiente contra a degradação em áreas urbanas.

Autor(es)

Volnei Rosalen

Natalia Carvalho Do Nascimento

João Victor Scheidt Stein

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

A crescente degradação ambiental nas áreas urbanas brasileiras exige atuação efetiva do poder público e de instituições de defesa dos direitos coletivos. Nesse contexto, destaca-se a Ação Civil Pública (ACP), instrumento processual utilizado pelo Ministério Público, conforme o artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988. Regulamentada pela Lei nº 7.347/85, a ACP visa proteger direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Dados do CNJ mostram que a ACP é amplamente usada na proteção ambiental urbana, abrangendo temas como uso e ocupação do solo, controle da poluição, danos ambientais, regularização de áreas de preservação permanente e cobrança de políticas públicas que garantam um meio ambiente equilibrado, como previsto no artigo 225 da Constituição. O estudo analisa as possibilidades jurídicas e práticas do uso da ACP para conter e responsabilizar danos ambientais em áreas urbanas.

Objetivo

Analizar as possibilidades de utilização da Ação Civil Pública pelo Ministério Público como instrumento de proteção ambiental em áreas urbanas.

Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com base na legislação vigente, especialmente a Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), Constituição Federal de 1988, Código Florestal (Lei nº 12.651/12) e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Considerou-se também a obra doutrinária da Promotora de Justiça Sílvia Cappelli, que reforça o protagonismo do Ministério Público na defesa dos interesses difusos, assim como os dados obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça no Painel do Cacol da Justiça em Números. A abordagem adotada foi qualitativa, visando interpretar o papel institucional do Ministério Público na proteção ambiental, especialmente quanto ao ajuizamento de ACPs relacionadas aos sinistros ambientais como um todo.

Resultados e Discussão

O estudo mostra que, segundo Sílvia Cappelli, o Ministério Público é responsável por mais de 90% das Ações

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Civis Públicas (ACP) em defesa do meio ambiente, atuando de forma preventiva, repressiva e reparatória (MELO, 2014). As ACPs tratam de temas como fiscalização do esgotamento sanitário, demolição de construções irregulares, recuperação de áreas degradadas, suspensão de licenças ambientais ilegais e responsabilização por poluição do ar, solo e água. O MP também busca garantir políticas públicas previstas nos planos diretores e no Estatuto da Cidade, visando qualidade ambiental urbana, acesso a áreas verdes e controle da expansão urbana. A Lei nº 10.257/2001 conferiu à ordem urbanística o status de direito difuso, tutelado pelo MP via ACP. Assim, a ACP é fundamental para assegurar direitos difusos e coletivos, especialmente diante da omissão estatal.

Conclusão

A Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público, é um instrumento jurídico de relevante impacto na proteção ambiental urbana. Sua aplicação permite não apenas a responsabilização por danos ambientais, mas também a exigência de medidas concretas para recuperação de áreas degradadas e prevenção de novos danos, contribuindo para o efetivo direito instituído na Carta Magna de 88.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Dispõe sobre a ação civil pública.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.
- CAPPELLI, Sílvia. Ação Civil Pública Ambiental: a experiência brasileira, análise de jurisprudência. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS, v. 2, n. 5, 2004.
- CNJ. Painel do Cacol. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-cacol/>.
- LARCHER, Marta Alves. Meio Ambiente Urbano - a defesa da Ordem Urbanística. Minas Gerais. 2019.
- MELO, José Mário Delaiti. Responsabilidade por danos causados ao meio ambiente: Ação Civil Pública Ambiental. Revista Científica Semana Acadêmica. Recife. 2014.
- PINTO, N. G.M.; CORONEL, D.A.; LOPES, M.M.; SILVA, R.A; A degradação ambiental no brasil: uma análise das evidências empíricas.